

RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO PÚBLICO E PRIVADO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Dr. Edvaldo Cesar Moretti¹

Resumo

O artigo realiza análise sobre processo de privatização e a produção do espaço com a implantação de Unidades de Conservação, foi delimitado para esta reflexão um tipo de Unidade de Conservação - Parque Nacional - especificamente o Parque Nacional da Serra da Bodoquena no Mato Grosso do Sul esta sendo utilizado como área de reflexão buscando discutir no concreto o processo de desapropriação de áreas privadas para a implantação de Unidade de Conservação e, contraditoriamente, a privatização do patrimônio natural, que é um processo universal e que localmente aparece como alternativa ao desenvolvimento centrado na agropecuária. A passagem do privado para o público aparentemente é um avanço em relação ao processo geral de mercantilização da natureza. Mas, no caso específico das Unidades de Conservação o círculo se completa com o retorno ao ponto inicial, a privatização do patrimônio natural, agora não mais da propriedade da terra, mas ao uso da terra e da paisagem enquanto atrativo turístico.

Palavras chave: Sustentabilidade ambiental; território de conservação; atividade turística.

Abstract

This article analyzes the privatizations process and the production of space with the implantation of Conservation Units, was delimited to this reflection a kind of Conservation Unit – National Park - specifically the National Park of Bodoquena Serra in Mato Grosso do Sul is being used as reflection area willing to discuss the expropriation of private areas to the implantation of Conservation Unit and, contradictorily, the privatization of natural heritage, which is a universal process and

¹ Professor Associado da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS. E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br. Tel. (67) 34262827

that locally appears as alternative to the development centered in agriculture. The transition from private to public apparently is an improvement on the overall process of commoditization of nature. But, in the specific case of Conservation Units the circle is completed with the return to the starting point, the privatization of natural heritage, now no more of land ownership, but to the use of land and landscape as tourist attraction.

Key Words: Environmental Sustainability; Territory of conservation; tourism

Introdução

Esta proposta pretende analisar as contradições presentes na idéia de sustentabilidade relacionada as Unidades de Conservação, que a princípio aparecem como espaços públicos relacionados à conservação ambiental, são geralmente compreendidas como alternativa ao modelo de desenvolvimento centrado na propriedade privada da terra e uso dos elementos da natureza enquanto mercadoria, mas, de acordo com reflexões acumuladas em pesquisas previamente realizadas no grupo de pesquisa Território e Ambiente na Universidade Federal da Grande Dourados, se efetiva nestas áreas determinados usos privados do patrimônio natural.

Neste contexto tomamos contato com a relação conflituosa entre as leis e normas que em nome da sustentabilidade ambiental, definem o uso das Unidades de Conservação, e as práticas sociais dos moradores da área de entorno destas Unidades territoriais.

Buscando a análise aprofundada sobre o processo de implantação de Unidades de Conservação e as contradições experimentadas pelos moradores da área de entorno destas Unidades, foi delimitado um tipo de Unidade de Conservação[1] - Parque Nacional[2] - especificamente Parques Nacionais no Mato Grosso do Sul ou nas suas fronteiras. Para este trabalho foi definido a análise do Parque Nacional da Serra do Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, que foi utilizado como área de reflexão buscando discutir no concreto o processo de desapropriação de áreas privadas para a implantação de Unidade de Conservação e, contraditoriamente, a privatização do patrimônio natural, através da atividade turística e a relação desse processo com os pequenos produtores rurais instalados na área de entorno do Parque.

No Mato Grosso do Sul a proposta de sustentabilidade ambiental apresentadas pelo modelo dominante para a superação da chamada crise ambiental, gerou e gera

reações dos grandes proprietários de terras que tem na propriedade da terra o domínio econômico e político local.

O modelo de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul tem na agropecuária sua base de sustentação. O modelo agropecuário implantado no Brasil teve e tem como objetivo atender as necessidades de exportação e busca atingir níveis avançados de competitividade no mercado internacional, com conseqüente transformação do ambiente natural em grande escala.

No Mato Grosso do Sul esse modelo agrícola foi implantado a partir da década de 1970, mas a sua estruturação ocorre desde 1940 do século XX, tendo como base o uso intensivo dos elementos da natureza solo e água, e a submissão da agricultura à indústria e a conseqüente mecanização, visando, primeiramente, fornecer matéria prima primária para a região Sudeste do Brasil, e posteriormente, o ganho de competitividade almejando atingir o mercado internacional, atendendo aos interesses do agronegócio.

As conseqüências sociais do modelo foram sistematizadas por Roel e Arruda:

Esse padrão agrário moderno, segundo estimativas, expulsou do campo, entre os anos 70 e 80, mais de 29 milhões de camponeses ou pequenos produtores. (...) Dados do IBGE do Mato Grosso do Sul mostram que, entre 1985 e 1996, desapareceram 6.743 estabelecimentos com menos de 100ha e aproximadamente 13.000 famílias foram excluídas do processo produtivo.(...) Em resumo, a modernização da agricultura no Brasil, iniciada a partir dos anos 60, condenou um grande número de agricultores à decadência, forçou grande parte da mão-de-obra rural a favelizar periferias urbanas, e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. (2003:214).

Aprofundando esta análise, de acordo com Dulley, neste modelo agrícola,

... os elementos dos ecossistemas natural e cultivado na sua interface com a natureza, são considerados bens livres. Externalidades em relação ao processo econômico de produção. Não há qualquer restrição em relação à utilização dos meios humanos, inertes e vivos, a não ser aqueles estabelecidos em legislação. (2003:85)

Esse entendimento de elementos da natureza como bens livres promoveu o que ficou convencionado como problemas ambientais também gerados pela agricultura moderna/convencional e possibilitou a construção de resistências ao modelo dominante, conforme explicitado por Castoriadis que refletindo sobre a noção de “desenvolvimento” construído após a Segunda Guerra Mundial, demonstra a resistência, com base na problemática ambiental, ao modelo de desenvolvimento adotado.

Com insistência crescente, começou-se a levantar a questão do ‘preço’ que os seres humanos e as coletividades tinham de ‘pagar’ pelo crescimento. Quase simultaneamente, ‘descobria-se’ que esse preço envolvia um elemento importantíssimo, que até então tinha passado em silêncio, e cujas conseqüências muitas vezes não diziam respeito diretamente às gerações presentes. Tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da interação destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização; efeitos desencadeadores de reações ambientais que continuam, para além de um certo ponto, desconhecidas e imprevisíveis, e que poderiam eventualmente desembocar em uma avalanche catastrófica final, ultrapassando toda possibilidade de ‘controle’..(1987:137)

A identificação social da problemática ambiental e o movimento social apontam para a necessidade de repensar o desenvolvimento, mas este repensar está inserido em um contexto de conflitos e idéias antagônicas do ponto de vista político e ideológico, sendo necessário aprofundar essa reflexão atrelada a análise da constituição da idéia de natureza no mundo moderno ocidental e seu vínculo com a idéia de desenvolvimento.

As propostas de alternativas gerais a este modelo, identificadas teoricamente, partem de pressupostos diferenciados que podem ser classificados, entre outros, em dois eixos principais (identificados preliminarmente como principais, mas não único): um, de acordo com o dominante, tem o foco na correção de falhas no modelo de desenvolvimento, pressupõe a idéia de que o desenvolvimento técnico-científico apresentará soluções para os problemas sócio-ambientais, portanto, é uma questão de tempo a resolução dos problemas, têm como proposta concreta a internalização dos custos ambientais e na capacitação técnica dos trabalhadores para sua inserção na

competitividade global, ou seja, não se constitui como uma alternativa, é a perpetuação do modelo de desenvolvimento utilizando outros indicadores; outro tem como base a idéia que os problemas sócio-ambientais estão inseridos na crise da modernidade capitalista e sua superação esta associada na construção de novas relações sociais, novos paradigmas, de novas práticas que superem a idéia da dicotomia sociedade/natureza, uma perspectiva para além do capital.

A análise sócio-ambiental aqui proposta é entendida neste projeto como inserida nesta segunda possibilidade, proporciona repensar a idéia da produção baseada na pilhagem ambiental e na exploração social. Para isso é essencial repensar a idéia que relaciona a conservação ambiental com a internalização da natureza no processo econômico, sendo entendido que esse processo de internalização assume diferenciadas formas. Anteriormente, em pesquisas realizadas no período de 2006 a 2008, identificamos que na Serra da Bodoquena, a atividade turística tem sido um elemento fundamental para esse processo de internalização. Com o apoio dos diferentes níveis governamentais, planos e projetos são elaborados² no sentido de propiciar o fortalecimento da atividade turística em determinados pontos do Mato Grosso do Sul, a Serra da Bodoquena, é um dos lugares do estado escolhidos como área a serem efetivados investimentos para a consolidação do turismo como atividade econômica relevante.

Na realização das pesquisas preliminares, também foram identificados assentamentos rurais que estão localizados na área do entorno do Parque – Canaã, Campinas, Santa Lucia e Guaicurus -, e, em um deles, no assentamento Canaã, 30 lotes estão inseridos no interior do próprio Parque, gerando problemas entre a legislação específica do Parque e a necessidade de sobrevivência destes assentados.

Esta situação, valorização da atividade turística no Parque e em seu entorno, e a relação dos pequenos produtores rurais com a Unidade de Conservação, aponta para reflexões essenciais para se pensar a idéia de sustentabilidade ambiental e social e a produção do espaço, concretizada como território para a “conservação ambiental”. Esta problemática constitui-se como uma das questões primordiais na inserção da reflexão sobre as práticas sociais e o ambiente como central no mundo moderno, possibilitando o

² Entre as políticas públicas destinadas a incentivar a atividade turística na Serra da Bodoquena, é destacado: o PDTUR (Plano de Desenvolvimento Turístico do Mato Grosso do Sul), elaborado em 2000, com o objetivo de formular o Plano de Desenvolvimento Turístico do Mato Grosso do Sul, e o Plano de Desenvolvimento Regional do MS (2004-2006), que definiu para a região da Bodoquena, o turismo como atividade econômica central para o desenvolvimento regional.

questionamento da idéia de desenvolvimento dominante com sua base teórica de sustentação no econômico e no crescimento linear.

A atividade turística é entendida como complexa, que, além de consumidora, é uma atividade produtora de espaço. Neste sentido, a atividade turística é aqui entendida como explicitada por Arlete Moyses Rodrigues:

“(...) esta atividade produz territórios, da mesma forma como todas as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois temos que levar em conta que toda produção é ao mesmo tempo destruição, ou seja, trata-se da chamada produção destrutiva.” (1997:83-4).

Portanto, esta atividade humana deve ser entendida no contexto geral de consumo e produção da natureza, que é consumo e produção de espaço. A natureza e a transformação de seus elementos, através do trabalho, em valor de troca estão inseridas na produção do espaço pelas leis do mercado.

Objetivamente, o turismo insere-se na “captura” do “tempo livre” do trabalhador, quando o tempo e o espaço para o lazer são mercantilizados. *“Na economia global já não há tempo livre, mas a necessidade de empregar, através do deslocamento no espaço, o dinheiro poupado ao tempo do trabalho” (FERRARA, 1996:21).*

Para chegar às formas que ostenta na atualidade, a atividade turística percorreu um caminho histórico. URRY entende a atividade turística como estando intrinsecamente ligada à idéia de uma sociedade moderna:

“Ser turista é uma das características da experiência ‘moderna’. Não ‘viajar’ é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere status, nas sociedades modernas... Se as pessoas não viajarem, elas perdem o status. A viagem é a marca do status. É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias”. (1996:19-20)

Esta atividade humana é entendida no contexto geral de consumo e produção da natureza, que é consumo e produção de espaço. A natureza e a transformação de seus elementos, através do trabalho, em valor de troca estão inseridas na produção do espaço pelas leis do mercado.

Objetivamente, o turismo insere-se na “captura” do “tempo livre” do trabalhador, quando o tempo e o espaço para o lazer são mercantilizados. *“Na economia*

global já não há tempo livre, mas a necessidade de empregar, através do deslocamento no espaço, o dinheiro poupado ao tempo do trabalho” (FERRARA, 1996:21).

Turismo na modernidade é acompanhado do adjetivo “de massa”, sendo a atividade acessível a um número cada vez maior de pessoas, estando, portanto, de acordo com a idéia da produção industrial em larga escala, pois, além de ser uma forma de produção de mercadorias, é um modo de vida que tem como estrutura básica o consumo.

O turismo, nesta perspectiva de racionalização³, participa da transformação dos lugares, viabilizando-os para as ações programadas para o lucro. Nesta lógica, a Unidade de Conservação é apropriada privadamente enquanto patrimônio natural transformado em atrativo turístico.

Este Parque foi a primeira Unidade de Conservação Federal implantada no estado, rompendo com a idéia de que a conservação ambiental ocorre através da “relação harmoniosa entre fazendeiros e natureza”, idéia esta difundida pelos grandes proprietários de terras que constituíam até então a elite econômica e política local.⁴

Durante o embate entre os defensores e os contrários à implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena uma das justificativas para a defesa da implantação era o chamado “desenvolvimento local”, em função do possível crescimento do fluxo turístico com a atratividade construída pela implantação da Unidade de Conservação. Portanto, o embate público X privado, foi falseado pelo embate econômico, incluído na idéia de natureza utilitarista.

A problemática ambiental tem sido colocada como uma crise da sociedade moderna, esta análise fragmenta a idéia de crise, mas na sua essência, a chamada problemática ambiental é o sucesso da modernidade que se torna universal, conforme salienta Bauman:

“a situação pôde perdurar enquanto a modernidade (ou seja a modernização perpétua, compulsiva, obsessiva e viciosa) permanecia um privilégio. Quando ela se tornou – tal como estava projetada e destinada a fazer- a condição universal da humanidade, chegaram os

³ Neste caso, a idéia de racionalização de um determinado local pela atividade turística é entendida como a noção de racionalidade construída pela sociedade capitalista urbana, tendo seus princípios norteados pela matemática, portanto exata e quantitativa, e pela ordem mecânica. Esta idéia de exploração racional é vinculada à economia, e sua efetivação é medida pela quantificação de seus ganhos econômicos.

⁴ No Mato Grosso do Sul o primeiro Parque Estadual foi implantado em final de 1998 – Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema – em 2006 existem no estado 06 Parques Estaduais e um Federal.

efeitos do seu domínio planetário. A modernização progrediu de forma triunfante, alcançando as partes mais remotas do planeta; a quase totalidade da produção e do consumo humano se tornaram mediados pelo dinheiro e pelo mercado; a mercantilização e a monetarização dos modos de subsistência dos seres humanos penetraram os recantos mais longínquos do planeta; por isso não se dispõe mais de soluções globais para problemas produzidos localmente, tampouco de escoadouros globais para excessos locais. Na verdade é o contrário: todas as localidades (incluindo de modo mais notável, aquelas com elevado grau de modernização) têm que suportar as conseqüências do triunfo global da modernidade. Agora se vêem em face da necessidade de procurar (em vão ao que parece) soluções locais para problemas produzidos globalmente.” (2005:13.)

As propostas apresentadas, tanto pelo poder público, quanto por parcelas da sociedade civil organizada, para superação da “crise” inserem-se em princípios fragmentados – separação sociedade x natureza; separação global x local; entre outros - conjuntamente com a perspectiva de reprodução do capital e seu processo da busca de mercantilização de todos os elementos que compõem a existência.

A proposta de implantação de Unidades de Conservação aparentemente proporciona uma alternativa na apropriação da terra e na produção do território, tornando público o privado.

No embate social⁵ durante o processo de implantação do Parque a apropriação pública foi questionada por parcela dos proprietários de terras, que passam a defender a possibilidade de privatização do uso da área, entre estas possibilidades é indicada a prática da atividade turística no entorno e mesmo no interior do Parque, como alternativa econômica para substituir a agricultura e a pecuária tradicionalmente praticadas na área. Alguns projetos e programas vinculados aos governos federal e estadual, estão sendo implementados na área considerando o Parque como atratividade, neste sentido é possível destacar o Plano Nacional de Regionalização Turística.

⁵ Em dissertação de mestrado “Unidades de Conservação e produção do espaço. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Ana Paula Archanjo Batrace, sob minha orientação, apresenta detalhadamente o embate ocorrido durante o processo de implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, com destaque para as discussões ocorridas durante as audiências públicas ocorridas nos municípios de Campo Grande, Bodoquena e Bonito.

Esta dinâmica - do privado ao público e novamente para o privado – exige reflexões profundas sobre o significado da implantação de Unidades de Conservação e sua participação como alternativa à produção do espaço.

Em análises anteriores foi comprovado que a prática turística no Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Bonito (localizado no Planalto da Bodoquena), não significa a melhoria na renda destinada aos trabalhadores, sendo comprovado que a precarização do trabalho na atividade turística apresenta sua face de modernidade, com a implantação do trabalho temporário, jornadas longas, baixos salários, etc. (LONBA, G. K. 2004 e BATARCE, A. P. A. 2004).

Ao campo sócio - econômico as práticas turísticas são apresentadas como capazes de manutenção do ambiente natural, através do uso de técnicas de manejo e de gestão adequados, neste panorama é que a atividade turística esta associada às Unidades de Conservação, ou seja, como uma atividade econômica possível de ser implementada em territórios destinados à “conservação ambiental” pois apresentaria em si a capacidade de conservação do ambiente, no entendimento de que o atrativo natural deve ser preservado pois ele é o responsável pelo fluxo de turistas.

O turismo, nesta perspectiva de racionalização⁶, participa da transformação dos lugares, viabilizando-os para as ações programadas para o lucro. Nesta lógica, a Unidade de Conservação é apropriada privadamente enquanto patrimônio natural transformado em atrativo turístico.

A busca da internalização da natureza na lógica capitalista encontra na atividade turística um campo fértil de atuação, a construção da idéia de uma atividade econômica que não destrói elementos da natureza e, acima de tudo, colabora na conservação ambiental, têm como pressuposto a noção teórica e ideológica da “harmonia” entre o desenvolvimento econômico capitalista e a proteção ambiental.

Conforme aponta ULATE:

“Es dentro de esta perspectiva teórico-ideológica que pretende combinar capitalismo con protección ambiental (y en cierta medida también com protección social) que se empezaron a estructurar nuevas estrategias de desarrollo relativo, que se han venido

⁶ Neste caso, a idéia de racionalização de um determinado local pela atividade turística é entendida como a noção de racionalidade construída pela sociedade capitalista urbana, tendo seus princípios norteados pela matemática, portanto exata e quantitativa, e pela ordem mecânica. Esta idéia de exploração racional é vinculada à economia, e sua efetivação é medida pela quantificação de seus ganhos econômicos.

etiquetando bajo los títulos de ‘ecodesarrollo’ o ‘ desarrollo sostenible’. Tales conceptos constituyen una combinación de capitalismo com ecologismo, puesto que parten de aceptar al capitalismo como perspectiva histórica, y supoen que, de alguna manera, la lógica central del capital – la maximización de ganancias – puede combinarse, más o menos armónicamente, com variables proteccionistas del medio ambiente. Esta es la hipótesis central del desarrollo sostenible.”(2006:20).

O turismo em áreas naturais apresenta-se como uma atividade econômica capaz de aliar o desenvolvimento capitalista com a preservação, portanto, para os ideólogos do desenvolvimento harmônico com a natureza, esta atividade econômica pode e deve ser praticada nas Unidades de Conservação, não existindo desta forma nenhuma contradição entre os interesses econômicos e conservacionistas.

Analisando criticamente estes encaminhamentos, ULATE afirma:

“Es necesario subrayar que el turismo, por su propio carácter intrínseco, facilitaría la tarea de la conservación ambiental, pues uno de los grandes recursos de la experiencia turística es precisamente la naturaleza. Dentro del turismo se entiende que el ecoturismo sería una de las grandes expresiones de un turismo equilibrado ambientalmente. En esta variante de desarrollo, se supone que la fuerza del negocio turístico dispondría de una naturaleza, sino vrigen, al menos em recuperación, o bien, ciertas islas de conservación que se concretarían em los parques nacionales.”
(2006:20-1).

Especificamente no Brasil, os Parques Nacionais, passam no século XXI a serem entendidos formalmente como atrativo turístico, sendo perseguido o modelo adotado no Parque Nacional do Iguaçu, onde a exploração do atrativo turístico, as Cataratas do Iguaçu, foi terceirizada através de concessão para uso e exploração de parte do Parque Nacional pela atividade turística.⁷

⁷ Nos limites deste trabalho não será aprofundada a análise do processo de concessão para uso e exploração turística de parte do Parque Nacional do Iguaçu, mas este procedimento é utilizado como meta a ser atingida por outras Unidades de Conservação no Brasil, conforme informações coletadas em entrevistas com funcionários e dirigentes de Parques Nacionais.

A implantação de Unidades de Conservação com base no modelo de fragmentação do território, considerando a natureza como separada da sociedade, promove o distanciamento do habitante das áreas escolhidas da proposta de valorização da natureza como bem a ser conservado. O distanciamento das ações de conservação, definidas como moralmente corretas no mundo moderno, normalmente estão distantes dos desejos e práticas dos moradores das áreas transformadas em territórios da conservação.

O uso de técnicas, cada vez mais sofisticadas, para traçar limites, permite criar fronteiras abstratas, entre o que deve e pode ser preservado. Os limites traçados não consideram o mundo real dos habitantes que produziram o lugar escolhido pelas suas características consideradas naturais, e são redefinidas por meio da técnica como locais importantes a serem demarcados para preservação. Este distanciamento da vida do lugar cria o distanciamento do real, do cotidiano, das práticas de produção do lugar, reproduzindo o processo colonizador, agora em nome da conservação.

Bibliografia

- BATARCE, A. P. A. *Unidades de Conservação e produção do espaço. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. Dourados-MS:UFMS-Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004. (Dissertação de mestrado em Geografia)
- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 2005.
- DULLEY, R. D. *Ambiente e Produção Agrícola: principais paradigmas*. Campinas:UNICAMP-IFCH, 2003. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- FERRARA, L. D'A. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E., CARLOS, A.F.A. e CRUZ, R. de C. A. da (orgs.) *Turismo. Espaço, paisagem e cultura*, São Paulo:HUCITEC, 1996.
- GONÇALVES, C.W.P. *OS (des)caminhos do meio-ambiente*, São Paulo: Contexto, 1989.
- LOMBA, G.K. *A atividade turística em Bonito/MS e o novo mundo do trabalho*. Departamento de Ciências Humanas, UFMS - Campus de Dourados, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004. (Dissertação de mestrado).
- RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística, in: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.), *Turismo e meio ambiente*, Coleção Textos Didáticos, Campinas:IFCH/UNICAMP, nº 31(2), dezembro de 1997.

ROEL, A. R. e ARRUDA, E. J. Agroecologia e os recursos naturais de fragmentos de vegetação nativa, in: COSTA, R. B. da (org) *Fragmentação florestal e alternativas de Desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*, 2003.

ULATE, A.C. Nuevos ejes de acumulación y naturaleza. El caso del turismo, Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2006.

URRY, J. *O olhar do turista*, São Paulo:Studio Nobel:Sesc, 1996.